



dNovo,
vida
nova

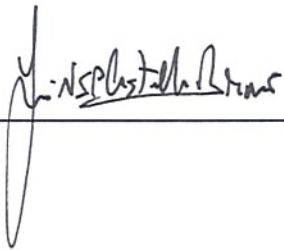
ASSOCIAÇÃO DNOVO

RELATÓRIO E CONTAS

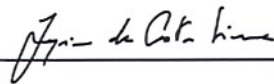
2025

Lisboa, 13 de Abril de 2026

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



ÍNDICE

Balanço individual	4
Demonstração individual dos resultados por natureza	5
Anexo às Demonstrações Financeiras	6
1. Nota Introdutória	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais políticas contabilísticas	7
3.1. Bases de apresentação	7
3.2. Investimentos Financeiros	8
3.3. Ativos fixos tangíveis	8
3.4. Ativos intangíveis	9
3.5. Imparidade de ativos	9
3.6. Imposto sobre o rendimento	9
3.7. Instrumentos Financeiros	10
3.8. Transações e saldos em moeda estrangeira	11
3.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos	11
3.10. Locações	11
3.11. Reconhecimento de Rendimentos e Gastos	11
3.12. Provisões	11
3.13. Subsídios do Governo e Apoios do Estado e Autarquias	12
3.14. Rédito	12
4. Fluxos de caixa	12
5. Ativos fixos tangíveis	13
6. Ativos intangíveis	13
7. Outros Ativos não Correntes / Financeiros	13
8. Rédito	13
9. Impostos sobre o rendimento	13
10. Acontecimentos após a data do balanço	14
11. Instrumentos financeiros	14
10.1. Créditos a receber e Fornecedores	14
10.2. Caixa e Depósitos Bancários	14
10.3. Estado e Outros Entes Públicos	15



10.4.	Diferimentos	15
10.5.	Fundos Patrimoniais.....	15
10.6.	Outros ativos e passivos correntes	15
12.	Fornecimentos e serviços externos	16
13.	Gastos com o pessoal.....	16
14.	Outros Gastos e Perdas.....	16
15.	Acontecimentos após a data de balanço	17

Handwritten signature



ASSOCIAÇÃO DNOVO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

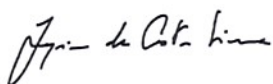
Associação dNovo
NIF: 515152412

BALANÇO INDIVIDUAL
31 Dezembro de 2025

Montantes expressos em EUROS

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2025	2024
ACTIVO		
Activo não corrente:		
Outros Investimentos Financeiros	126,47	126,47
	126,47	126,47
Activo corrente:		
Associados.....	50 000,00	15 299,85
Diferimentos.....		608,28
Caixa e depósitos bancários.....	31 384,04	60 400,58
	81 384,04	76 308,71
Total do Activo	81 510,51	76 435,18
FUNDO PATRIMONIAL E PASSIVO		
Fundo Patrimonial:		
Fundos (Constituição).....	4 000,00	4 000,00
Reservas	928,01	928,01
Resultados transitados.....	54 868,84	48 612,09
	59 796,85	53 540,10
Resultado líquido do período.....	17 371,93	6 256,75
Total do capital próprio	77 168,78	59 796,85
Passivo		
Passivo não corrente:		
Passivo corrente:		
Fornecedores.....	484,13	1 516,02
Estado e outros entes públicos.....	550,55	2 465,48
Outros passivos correntes.....	3 307,05	12 656,83
	4 341,73	16 638,33
Total do passivo	4 341,73	16 638,33
Total do Capital Próprio e do Passivo	81 510,51	76 435,18

O CC



A Gerência



Demonstração individual dos resultados por natureza

Associação dNovo

NIF: 515152412

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

de 1 Janeiro de 2025 a 31 Dezembro de 2025

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS		
Doações.....	89 680,15	130 299,85
Subsídios à exploração.....	9 978,38	4 525,45
Fornecimentos e serviços externos.....	(22 769,03)	(55 462,22)
Gastos com o pessoal.....	(60 288,68)	(71 558,77)
Outros rendimentos e ganhos.....	1 577,31	
Outros gastos e perdas.....	(806,20)	(1 547,56)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	17 371,93	6 256,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	17 371,93	6 256,75
Resultado antes de impostos	17 371,93	6 256,75
Imposto sobre o rendimento do período.....		
Resultado líquido do período	17 371,93	6 256,75

O CC

João de Castro Lima

A Gerência

Nilsa P. M. M. M.

Handwritten signature



**dNovo,
vida
nova**

ASSOCIAÇÃO DNOVO

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025



1. Nota Introdutória

A Associação dNovo registada com o número de identificação fiscal 515152412, com sede na Rua D. Francisco Manuel de Melo, número 21, 1070-085, freguesia de Avenidas Novas, Conselho de Lisboa. A Associação dNovo, foi criada ao dia 25 de janeiro de 2019, tendo iniciado atividade em 1 de novembro de 2020.

A Associação dNovo é uma associação sem fins lucrativos, e tal como decorre dos seus estatutos, desenvolve estudos, avaliação de medidas, a prestação de serviço e a intervenção no âmbito da promoção da atividade profissional qualificada sénior em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Associação dNovo opera.

As demonstrações financeiras apresentadas pretendem refletir de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação dNovo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com o Decreto-Lei 36-A/2011, de 9 de Março, Portaria 105/2011, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho e portaria 220/2015 de 24 de julho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação dNovo, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.



3.2. Investimentos Financeiros

Não houve em 2025 investimentos Financeiros efetuados pela Associação dNovo.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Associação espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado nos fundos patrimoniais, na rubrica "Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis", exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo.

Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para a rubrica "Resultados transitados".

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com métodos das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.



3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear de acordo com o método das quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o ativo intangível se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com métodos das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de ativos.

3.5. Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Associação dNovo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado nos fundos patrimoniais. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Imposto sobre o rendimento

Foi calculado imposto sobre o rendimento do exercício, tendo em consideração que a Associação dNovo é uma associação com Rendimentos Isentos, Não Sujeitos e Sujeitos. A Associação é abrangida pelo benefício fiscal, descrito no art.º 55º, EBF, mediante os rendimentos isentos.



3.7. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação dNovo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 — Instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- (i) ao custo ou custo amortizado e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Associados, clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de terceiros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda por imparidade, isto é, no final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e clientes e outras contas a receber, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

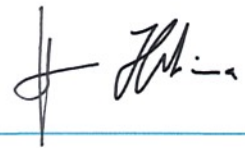
Nos termos da NCRF 27, para valorizar as contas de fornecedores e de outros terceiros, a Associação dNovo utiliza o método do custo.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a pagar de muito curto prazo cujos valores a reconhecer sejam imateriais, e contabilizados na Demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de periodização económica.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, especificamente no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.



3.8. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da associação) são registradas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio em vigor nessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registrados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registrados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registradas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Em 2025 não houve encargos financeiros com empréstimos obtidos.

3.10. Locações

Em 2025 não houve locações operacionais, nem financeiras. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.11. Reconhecimento de Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registrados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio do acréscimo, ditado pelo novo normativo contábilístico (SNC). As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registradas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.12. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Associação dNovo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relatados recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.



As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Associação dNovo é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13. Subsídios do Governo e Apoios do Estado e Autarquias

Os subsídios de entidades públicas, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

3.14. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Associação dNovo;

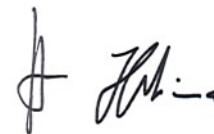
Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Associação dNovo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A rubrica caixa e seus equivalentes, à data de 31 de Dezembro de 2025 tem um saldo de 31.384,04€.



5. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 não houve movimentos referentes a ativos fixos tangíveis.

6. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 não houve movimentos referentes a ativos intangíveis.

7. Outros Ativos não Correntes / Financeiros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 os movimentos ocorridos em ativos financeiros foram apenas influenciados pelo saldo de abertura dos fundos de compensação. De referir que os Fundos foram suspensos a partir de Abril de 2023. A conta no final de 2025 era refletida da seguinte forma:

8. Rédito

O rédito reconhecido pela Associação dNovo em 2025 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2025
Donativos	89.680,15€
Quotas	0,00 €
Patrocínios	0,00 €
Prestações de Serviços	0,00 €
Subsídios – IEFP	9.978,38€

9. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou quando estejam em curso

inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Associação dNovo beneficia da isenção prevista no art.º 10º do CIRC, por se tratar de uma entidade do sector não lucrativo. Desta forma, para efeitos de IRC são considerados apenas rendimentos auferidos no exercício das atividades comerciais, industriais ou agrícolas e outros rendimentos previstos no Código de IRS, tais como rendimentos de capitais. Em 31 de Dezembro de 2025, não existem rendimentos sujeitos a IRC. Neste sentido, não há lugar ao pagamento de imposto.

10. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do exercício de 2025.

11. Instrumentos financeiros

10.1. Créditos a receber e Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025, na rubrica de Fornecedores encontram-se um valor credor de 484,13€.

Fornecedores	2025
Saldo Devedor	13,26 €
Saldo Credor	497,39 €
Saldo Final - Fornecedores	484,13 €

10.2. Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava 31.384,04€ sendo composta apenas por depósitos bancários.

Caixa e Depósitos Bancários	2025
Caixa Geral de Depósitos	29.535,85 €
BPI	1.848,19 €
Saldo Final – Caixa e Depósitos Bancários	31.384,04 €



10.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 2025 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Estado e O.E. P	2025	
	Ativo	Passivo
Imposto Sobre Trabalho Dependente		101,00 €
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)		0,00 €
Contribuições para a Segurança Social		449,55 €
Total		550,55 €

A Associação dNovo não tem dívidas ao Estado e a Outros entes públicos em situação de mora.

10.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 as rubricas de “Diferimentos” não apresentava saldo.

10.5. Fundos Patrimoniais

Durante o exercício de 2025, a rubrica de fundos patrimoniais, apresenta a seguinte composição:

Fundos Patrimoniais	2025
Fundos (Constituição)	4.000,00 €
Reservas Legais	928,01 €
Resultados Transitados	54.868,84 €

10.6. Outros ativos e passivos correntes

A rubrica de Outros Ativos e Passivos Correntes e a pagar são detalhadas da seguinte forma, à data de 31 de Dezembro de 2025:

Rubricas	2025	
	Débito	Crédito
Devedores e Credores por acréscimos		3.307,05 €

12. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" no exercício findo em 2025 é detalhada conforme se segue:

Rubricas	2025
Trabalhos Especializados	15.317,53 €
Publicidade e Propaganda	2.507,18 €
Serviços Bancários	192,48 €
Material de Escritório	99,90 €
Deslocações, Estadas e Transportes	244,86 €
Rendas e Alugueres	3.700,90 €
Comunicação	654,18 €
Contencioso e Notariado	52,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos	22.769,03 €

13. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o Pessoal" no exercício findo em 2025 é detalhada conforme se segue:

Rubricas	2025
Remunerações	49.669,37 €
Encargos sobre Remunerações	10.011,03 €
Seguros de Acidentes no Trabalho	606,28 €
Gastos com o Pessoal	60.288,68 €

Durante o exercício de 2025, o número médio de trabalhadores foi 2.

14. Outros Gastos e Perdas

A rubrica de "Outros Gastos e Perdas" no exercício findo em 2025 é detalhada conforme se segue:

Rubricas	2025
Outros não especificados	802,72 €
Outros Gastos e Perdas	806,72 €

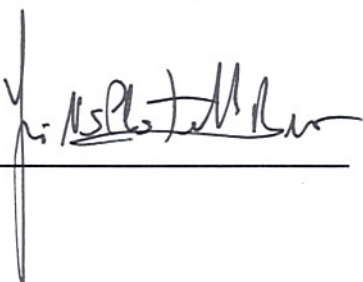


15. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço, não houve conhecimento de eventos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do exercício de 2025.

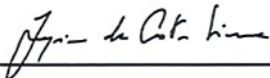
Lisboa, 13 de Abril de 2026

O Conselho de Administração



A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is highly stylized and cursive, appearing to read 'M. S. P. T. M. B. M.'.

O Contabilista Certificado



A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read 'J. J. de A. L. Lima'.